



**ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**RESOLUÇÃO Nº 403/2003**

**2ª CÂMARA**

**SESSÃO DE 16/06/2003**

**PROCESSO DE RECURSO Nº 1/000210/2000**

**AUTO DE INFRAÇÃO: 1/199914832**

**RECORRENTE: PEDROSA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**

**RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

**CONS. RELATOR: AFFONSO TABOZA PEREIRA**

**EMENTA: ICMS – OMISSÃO DE SAÍDAS – NULIDADE – EXTEMPORANEIDADE DO ATO PRATICADO.** Ação fiscal procedida em 1999, época em que a legislação fazia previsão de prazo entre a publicação do ato designatório e a lavratura do Termo de Início, que estipulava de 20 dias. No presente caso o ato foi publicado no DOE em 08.10.99 e o Termo de Início somente foi lavrado em 04.11.99, nulificando todo o processo por extemporaneidade do ato praticado. Recurso Voluntário conhecido, dando-lhe provimento para reformar a decisão da 1ª Instância, de acordo com o Voto do Relator e do Parecer da douta Procuradoria Geral do Estado. Decisão por unanimidade de votos.

**RELATÓRIO:**

Noticia o auto de infração ora *sub examine* que o contribuinte dera saída em mercadorias sem a emissão de notas fiscais, no período de janeiro a dezembro de 1997, no valor de R\$ 189.549,05 (cento e oitenta e nove mil quinhentos e quarenta e nove reais e cinco centavos), infração constatada através do Sistema de Levantamento de Estoques.

Indica como dispositivos legais infringidos os arts. 127, I, 169, 174 e 177 do Dec. nº 24.569/97. Como penalidade sugere o art. 878, III, "b" do mesmo diploma legal.

Informações Complementares, Portaria, Termo de Início, Termo de Conclusão, cópia do Livro Registro de Inventário, Relatório de Entradas por Mercadorias, Relatório de Saídas por Mercadorias, Relatório Totalizador Anual do Levantamento de Mercadorias, às fls. 03 ut 376.

Impugnação às fls. 380 argüindo em seu prol que diversas mercadorias se sujeitaram ao regime de substituição tributária, apresentando pequeno rol com exemplo, e que os valores médios unitários também não conferem com o valor total de cada produto dividido pelas quantidades encontradas.

Decisão singular pela procedência do feito fiscal, fls. 383/387.

Recurso Voluntário de fls. 392/393, requer a nulidade e improcedência.

A Consultoria Tributária apresentou seu entendimento, através do Parecer nº 295/2003, que dormita às fls. 400/401, pela procedência da autuação. A Procuradoria Geral do Estado acatou o Parecer.

Vieram-me os autos para o voto.

Eis o breve relatório.

**VOTO DO RELATOR**

O presente processo trata de omissão de saídas detectada através de levantamento quantitativo de mercadorias.

Ocorre que, compulsando o processo me deparo com nulidade que entendo insanável. É que a Portaria do Secretário da Fazenda, ato designatório da fiscalização, fora publicada no Diário Oficial do Estado em 08.10.1999, e o Termo de Início fora lavrado em 04.11.1999, portanto, 26 dias após a publicação do ato.

O titular da ação, à época da ação fiscal, tinha um prazo de 20 dias para lavrar o Termo de Início, a contar da publicação do Ato Designatório, logo, praticou o ato de forma extemporânea, pois somente no 26º dia é que procedeu a lavratura do Termo de Início, nulificando todo o processo.

Transcrevo a legislação de regência para melhor compreensão:

Art. 821 – (...)

§ 1º Expedida a ordem de serviço ou a portaria, conforme o caso, a que se refere o artigo anterior, o Agente do Fisco terá o prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de sua expedição ou publicação, respectivamente, para que efetue a lavratura do Termo de Início de Fiscalização.

O Dec. nº 25.468/99, que trata sobre o processo administrativo tributário, assim prevê:

Art. 53. São absolutamente nulos os atos praticados por autoridade incompetente ou impedida, ou com preterição de quaisquer das garantias processuais constitucionais, devendo a nulidade ser declarada de ofício pela autoridade julgadora.

§ 2º É considerada autoridade impedida aquela que:

III – pratique ato extemporâneo ou com vedação legal.

Portanto, é de inquestionável clareza que a autoridade fiscal tinha a obrigação legal de lavrar o Termo de Início até

o dia 28.10.1999, de tal sorte que a extemporaneidade do ato praticado maculou todo o procedimento administrativo tributário de nulidade, motivo pelo qual sou pelo conhecimento do Recurso Voluntário para dar-lhe provimento, no sentido de reforma a decisão condenatória prolatada pela Célula de Julgamento de 1ª Instância.

É O VOTO.

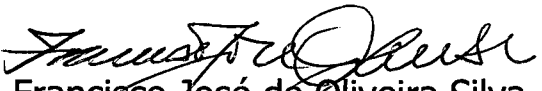
**DECISÃO :**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente **PEDROSA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA** e recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**,

RESOLVEM os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário para dar-lhe provimento, reformando a decisão condenatória de 1ª Instância, decidindo pela NULIDADE, nos termos do voto do relator e de acordo com o Parecer da douta Procuradoria Geral do Estado, modificado oralmente em Sessão.

**SALA DE SESSÕES DA 2ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 19 de agosto de 2003.

  
Nabor Barbosa Meira  
PRESIDENTE


  
Francisco José de Oliveira Silva  
CONSELHEIRO

  
Benoni Vieira da Silva  
CONSELHEIRO

  
Eliane Resplande Figueiredo de Sá  
CONSELHEIRA

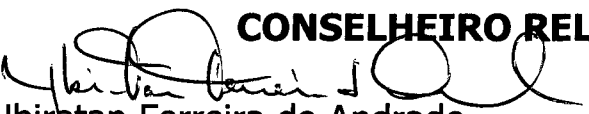
  
Adriano Jorge Pequeno Vasconcelos  
CONSELHEIRO

  
José Mirtônio Colares de Melo  
CONSELHEIRO

  
Antonio Luiz do Nascimento Neto  
CONSELHEIRO

  
Eliane Maria de Souza Matias  
CONSELHEIRA

  
Affonso Taboza Pereira  
CONSELHEIRO RELATOR

  
Ubiratan Ferreira de Andrade  
PROCURADOR DO ESTADO